



DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/relaec.35977>

## PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) DURANTE A PANDEMIA DA COVID 19

### PEDAGOGICAL PRACTICE IN EMERGENCY REMOTE TEACHING DURING THE COVID 19 PANDEMIC

**Erivan Coqueiro Sousa** (SME de Maetinga), **Naiara Porto da Silva Coqueiro** (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), **Claudio Pinto Nunes** (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

**RESUMO:** Neste artigo aborda-se o ensino remoto emergencial (ERE) que possibilita a continuidade das atividades educativas no contexto da pandemia da Covid 19. Logo, diante da presente era digital vivenciada por sujeitos em diversos setores, como a educação, é importante e necessário que a prática pedagógica docente considere as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), os aplicativos online, a internet. Então, advoga-se em prol da formação docente continuada referente a educação online a fim de práticas educativas mais condizentes com a realidade dos estudantes. Ainda, há apontamentos de como utilizar determinados aplicativos no processo de ensino-aprendizagem. Ocorre uma abordagem qualitativa em que há revisão bibliográfica sobre o tema e análise documental referente a leis, pareceres que regem o ERE. Os resultados demonstram que é possível desenvolver práticas educativas remotas que considere as TDICs, os aplicativos online, desde que sejam condizentes com o contexto dos estudantes e que os professores tenham formação para tanto.

**Palavras-chave:** Aprendizagem; Covid 19; Ensino Remoto; Pandemia; Prática Pedagógica.

**ABSTRACT:** In this article is approached the emergency remote teaching (ERE), which enables the continuity of educational activities in the context of the Covid 19 pandemic. Therefore, given the current digital age experienced by subjects in different sectors, such as education, it is important and necessary that teaching pedagogical practice considers digital information and communication technologies (TDIC), online applications, the internet. So, it is advocated in favor of continuing teacher training related to online education in order to educational practices more consistent with the reality of students. Still, there are notes on how to use certain applications in the teaching-learning process. There is a qualitative approach in which there is a bibliographical review on the subject and documental analysis regarding laws, opinions that govern the ERE. The results demonstrate that it is possible to develop remote educational practices that consider TDIC, online applications, as long as they are consistent with the context of students and that teachers are trained to do so.

**Keywords:** Learning; Covid-19; Remote Teaching; Pandemic; Pedagogical Practic.

## Introdução

Um novo tempo se inaugurou e se estabeleceu desde o início do ano de 2020 até os dias atuais, infelizmente, advindo da pandemia da Covid 19, doença que matou milhões de pessoas no mundo e impôs restrições sanitárias, afastamento físico entre as pessoas a fim de não se contaminarem e não contaminarem aos demais. As repercussões e mudanças abruptas foram adotadas em todas as áreas de trabalho, não sendo diferente no âmbito educacional. Diante deste ineditismo foi necessária uma reorganização na prática pedagógica em vários aspectos, a exemplo de ministrar aulas, elaborar atividades, promover interações entre professores e estudantes e buscando sempre as melhores estratégias para o processo de ensino-aprendizagem. (COQUEIRO; SOUSA, 2021).

Assim, emergiu o ensino remoto emergencial (ERE), comumente denominado de ensino virtual no contexto da pandemia da Covid 19 visando o prosseguimento das atividades educacionais. As práticas pedagógicas presenciais foram adaptadas, alteradas, modificadas para o ERE mediante a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), mediadas pela internet. Isso obrigou os docentes a se capacitarem ora de maneira autodidata, ora por orientações e exigências das instituições educacionais a fim de lidarem com as TDICs em prol do exercício docente.

O uso da internet favorece a interatividade comunicativa, uma vez que ela dispõe de imagens, áudios, vídeos, glossários, textos e hipertextos, os quais são instrumentos disponibilizados em qualquer tempo, lugar ou língua (idioma). Além disso, é

possível acessar, estudar, compartilhar, escrever e reescrever conteúdos, anunciar e dentre outras atividades para que diversos interlocutores também façam uso no processo de ensino-aprendizagem. Na internet encontram-se diversos aplicativos para lançar conteúdos, pois se apropriam de uma gama de aparelhos, a saber, rádio, televisão, telefone, smartphone, computador, notebook, tablet, os quais admitem a transmissão e armazenamento de conteúdos tanto digitais como analógicos. Logo, os assuntos, apostilas, vídeos, material em linguagem híbrida são organizados e postados em aplicativos, ferramentas digitais, redes sociais, a exemplo de Whatsapp, Facebook, Google Classroom, Google Meet, Padlet, entre outros.

Este artigo pauta-se em uma abordagem qualitativa, posto que a pesquisa qualitativa tem como característica o estudo detalhado referente a um determinado objeto, fato, fenômenos da realidade. (OLIVEIRA, 2007). Os pontos elencados para investigação qualitativa não se estabelecem numa “caixinha” de operacionalizações de variáveis, de maneira que o intento é investigar os fenômenos em toda a sua complexidade.

Utiliza-se da revisão bibliográfica referente ao tema do artigo, pois “é de grande valia e eficácia ao pesquisador porque permite obter conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, internet”. (BARROS; LEHFELD, 2012, p. 34). Proporciona o embasamento teórico com vistas a compreender como extrair informações, analisar dados, definir tópicos de escrita, aperfeiçoando a discussão do problema (e do tema). Além disso há um caráter documental (BARROS;

LEHFELD, 2012), posto que são analisados documentos legais, como leis, portarias, pareceres relacionados com a temática do artigo.

## Ensino Remoto Emergencial em Tempos de Pandemia da Covid 19

Em 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o Parecer Nº 05/2020, determinando as diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia da Covid 19, no que tange à ação educacional. O documento estabelece diálogo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9.394/1996 que propõe a oferta da Educação a Distância (EAD), nos artigos 32, 36 e 80 para o ensino fundamental, ensino médio e todas as modalidades de ensino.

São apontadas, no referido Parecer, enquanto durarem as restrições que impedem as aulas presenciais, diversas medidas como realizar atividades pedagógicas não presenciais com suporte das TDICs. A indicação é de “videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, e programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis” (BRASIL 2020a, p. 08-09). Tudo deve ser organizado sob a supervisão de professores e dirigentes escolares.

Pretende-se, dessa forma, manter os vínculos escolares, diminuindo prejuízos educacionais aos estudantes. A ausência prolongada de aulas por muito tempo resultaria na suspensão do tempo de

aprendizagem e perda de conhecimentos e habilidade adquiridas. Acrescenta-se que é notório o abismo econômico social que abarca grande contingente do público estudantil, de baixa renda que não tem acesso à internet, que não possui aparelhos celulares ou computadores e/ou condições financeiras para adquiri-los. É necessárias e urgentes medidas que possibilitem o “acesso à internet de qualidade nas instituições de educação, mas também sob a posse de professores e estudantes dessas instituições” (NONATO, SALES, CAVALCANTE, 2021, p. 19). Além disso, existem famílias “cujos pais são analfabetos e/ou detém pouca (pouquíssima) instrução escolar formal para dirimir, nos meandros residencial, orientações educativas e esclarecer dúvidas sobre as atividades escolares” (COQUEIRO; SOUSA, 2021, p. 66069). Nesta situação, a dificuldade destes estudantes torna-se maior.

É sabido, também, que praticamente todos os estudantes continuam sem aulas presenciais em todos os níveis e etapas de ensino. E neste período de isolamento as escolas começaram a “trabalhar em atividades a distância, elaborando vídeo aulas, preparando conteúdos digitais, realizando web conferências, enviando atividades para os alunos com o objetivo de minimizar a defasagem curricular e manter a aproximação com os estudantes” (CARVALHO et al, 2020, p. 03).

Outro documento normativo é a Resolução Nº 02 do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 10 de dezembro de 2020 que reforça o Parecer anterior sobre aulas não presenciais. O Artigo 6º da citada Resolução estipula:

[...].  
II - Cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais, realizadas enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, coordenado com o calendário escolar de aulas presenciais; e  
III - Cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), realizadas de modo concomitante com o período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades. (BRASILb, 2020, s/p).

As determinações acima comprovam a ênfase em práticas pedagógicas não presenciais quer sejam com o uso de tecnologias digitais da informação e comunicação, aplicativos online, redes sociais ou por atividades impressas (módulos e apostilas) entregues aos estudantes que não possuem acesso à internet. Ademais, é sabido que, comumente são necessárias adaptações didático-pedagógicas significativas já que não é possível migrar literalmente as práticas do labor educativo presencial para o ERE.

## A Era Digital

O mundo contemporâneo caracteriza-se por economias globalizadas, avanços tecnológicos que, conseqüentemente transformam a sociedade, o trabalho, as relações interpessoais, a educação. Vive-se um tempo marcado pela complexidade, pela aceleração das mudanças. Denomina-se ainda “sociedade da informação” em que a convivência explosiva com o computador, a internet e as telecomunicações, dinamiza o agir da humanidade.

No que tange às TDICs, Lévy (1993) destaca que são tecnologias intelectuais, pois são capazes de fazer conexões artificiais objetivando imitar o processo reticular da inteligência humana. O computador, por exemplo, não é apenas uma máquina, mas é um artefato que faz parte de evolução da humanidade e pode contribuir de forma benéfica. Por outro lado, as relações que os indivíduos estabelecem com as TDICs, com os aplicativos online, são variadas e interferem na maneira de solucionar problemas, atender a necessidades, aprender, comunicar, ensinar, pensar, construir o conhecimento e de comunicá-lo aos demais, interferindo até na formação da identidade, na subjetividade. A interatividade, a democratização do saber, são elementos fundantes na prática pedagógica educacional.

Segundo Menezes, Couto e Santos (2019), os indivíduos que nasceram a partir da década de 1980 e habitaram num ambiente composto por tecnologias, usa em seu cotidiano diversos aparelhos digitais, bem como, rádio, televisão, videogame, computador, notebook, celular, tablets e outros. Esse público permanece conectado para não só se comunicar, mas também para o estudo, trabalho e entretenimento, fazendo parte da cultura digital, isto é, do ciberespaço e da cibercultura. Ainda que o ciberespaço seja um mundo virtual, é componente comum da realidade, do mundo real.

O ciberespaço [...] nos proporciona uma inteligência coletiva compartilhada em rede por muitas pessoas ao mesmo tempo, em qualquer lugar e a qualquer momento [...].

Entendemos a cibercultura como um espaço de cultura que deriva da relação entre a

sociedade x cultura x mundo virtual. (MENEZES; COUTO; SANTOS, 2019, p. 29-30).

Sem dúvida, o ciberespaço é a internet e a rede de páginas virtuais, sites, aplicativos e outros mecanismos conectados à internet, o qual faz parte de um universo virtual que é habitado por várias pessoas ao mesmo tempo transmitindo opiniões a qualquer lugar e sobre diversos temas. Assim, aqueles que fazem parte dessas redes diariamente exercem a cibercultura, ou seja, a cultura das atividades virtuais. A infraestrutura do ciberespaço possibilita inúmeras ações comunicativas, práticas pedagógicas outras, com interação, interatividade, potencialização da inteligência e produções em velocidade que não se imaginava tempos atrás (MENEZES; COUTO; SANTOS, 2019). Além disso, é possível encontrar no ciberespaço metodologias inovadoras para se trabalhar a docência, desde a alfabetização até o ensino superior, com o uso das várias mídias digitais para o desenvolvimento dos educandos.

Vale ponderar que a utilização da internet, das TDICs e aplicativos vários, no exercício da prática docente, corroboram para o aprendizado significativo dos estudantes, desde que se tenha uma proposta pedagógica significativa, bem estruturada. E, evidentemente, implica que o professor deve estar apto para utilizar este complexo conjunto internet, TDICs, aplicativos como suporte para aulas desafiadoras, com intervenções necessárias, em que ambos os agentes – professor e estudante, explorem pedagogicamente este universo do ciberespaço para o crescimento e a evolução.

## Formação Docente: Princípios da Educação Online em prol do ERE

Evidente que o cenário da pandemia da Covid 19 obrigou professores a utilizarem a internet, as TDICs, os aplicativos e programas online, com ou sem formação específica, para o ofício educacional. “Os docentes, por conta própria, precisaram repensar os conteúdos pertinentes a serem oferecidos neste contexto e não receberam treinamento, instrumentalização ou suporte técnico” (VIO et al, 2020, p. 03). As formações, se e quando ocorrem (ocorreram), são (foram) bem reduzidas, a título de lives, palestras, oficinas e minicursos, com cargas horárias, geralmente, oscilando entre duas a oito horas. Isso é relevante e considerável. No entanto, é imprescindível formações continuadas com cargas horárias maiores a fim de se pensar em proposições pedagógicas mais abrangentes e significativas na prática docente. A LDBEN 9.394/1996, em seu artigo 62 enfatiza a necessidade de garantir formação continuada aos profissionais para o exercício de suas atividades laborais.

É importante ressaltar a necessidade de promover a formação de professores a fim de que tenham conhecimento condizente com a realidade digital, com os princípios da educação online e desenvolvam práticas pedagógicas, diante das possibilidades e limitações, de forma responsável e condizente com o contexto em que atuam. Os intelectuais, neste caso professores, coordenadores, gestores, “devem estar atentos às necessidades e às aspirações dos cidadãos” (SANTOS, 2020, p. 14).

Considera-se relevante argumentar que muitos professores sentem dificuldades em planejarem suas aulas com o uso das mídias, pois alguns nasceram antes do advento das TDICs. “Os imigrantes digitais são pessoas que nasceram antes da popularização das tecnologias digitais (antes de 1980) e se esforçam para se ajustar a estas tecnologias” (MENEZES; COUTO; SANTOS, 2019, p. 32). Essas TDICs não fizeram parte da infância desses docentes e de seu período de escolaridade. Dessa forma, utilizam pouco os meios de comunicação digitais, online e sentem dificuldades em manuseá-los na sala de aula. Alguns chegam a se considerarem não só imigrantes como também analfabetos digitais.

[...] Aqueles que nasceram antes dos anos de 1990 – antes da popularização do videogame, do computador, da internet e de seus dispositivos – e que, ainda assim, fazem uso dessas tecnologias para fins diversos: trabalho, estudos, lazer, comunicação etc. (MILL; OLIVEIRA; FALCÃO, 2018, p. 290).

Pressupõe-se que o professor só poderá fazer bom e relevante uso das TDICs, do ciberespaço caso tenha considerável conhecimento e domínio dos mesmos, de maneira que para cada turma escolar, para cada etapa ou nível de ensino, para cada conteúdo saberá definir as melhores estratégias e ferramentas, aplicativos a serem utilizados. Tudo precisa de organização e metodologias claras com vistas a atingir os objetivos postos na escolarização dos indivíduos, em consonância com os documentos legais como Base Nacional Comum Curricular (BNCC), currículo da rede de ensino. Logo, é possível criar “espaços de convivência, colaboração e produção de conhecimento no ciberespaço”

(MENEZES; COUTO; SANTOS, 2019, p. 31).

Por conseguinte, como a atual conjuntura de conexões em rede, também denominada de cibercultura, fomenta a aprendizagem em rede, colaborativa, cujas ações delineiam caminhos de liberdade e autonomia, em que todos podem se expor, tornarem-se (co) autores, negociarem sentidos, compartilharem informações e ideias, colaborar, discordarem e debaterem. Neste interim, conforme posto por Pimentel e Carvalho (2020), os oito princípios da educação online engendram outras práticas didático-pedagógicas na modalidade da educação a distância ou no ensino remoto emergencial. Dos oito princípios, destacam-se quatro que são considerados mais relevantes para este estudo.

1- Conhecimento como “obra aberta”, uma vez que o conhecimento científico é uma construção social, nutrido pelo caráter da controvérsia, da discordância, da concordância, das novas teceduras. É proposto a desenvoltura crítica do estudante com reflexões e sínteses diversas perante as atividades propostas.

2- Curadoria de conteúdos online, o que diz respeito à organização e agrupamento de conteúdo mais relevante e adequado sobre determinado assunto para posterior compartilhamento. Podem ser selecionados conteúdos do Google, vídeos do Youtube, apresentação do SlidShare, matéria de blog, artigo de revista eletrônica, páginas de Facebook, grupos de Whatsapp, jogos na rede e vários links a fim de organizar determinada disciplina. Por adição, são sugeridas sínteses (apresentação ou pequeno texto), culminando em roteiros de estudo, além de considerar a produção de conteúdo autoral discente.

3 – Ambiências computacionais diversas, constituindo uma diversidade de programas e aplicativos para desenvolvimento das aulas e atividades, tendo como exemplo Padlet, blog, Whatsapp, Google Classroom, Google Meet, editores de imagem, vídeo e som (SOCORRO, 2020), fomentado e proliferando composições híbridas de relevante potencial educativo.

4- Atividades autorais tendo como cerne as práticas da cibercultura, iniciativas outras como pedagogia baseada em projetos, metodologias ativas, sala de aula interativa, sala de aula invertida. A apropriação destes princípios com vistas ao desenvolvimento da prática pedagógica docente corroboram para a aprendizagem em rede, colaborativa (TORRES; IRALA, 2014), em que o docente orienta e media as participações e produções discentes, primando pelo respeito mútuo, pela polidez e clareza nas intervenções para que todos compreendam. Concomitantemente sobreleva a valorização das participações discentes, por meio de elogios, ponderações e questionamentos que permitem outras reflexões. O foco é a interação, a interatividade, o debate, entre todos com todos (professor e estudantes, entre estudantes e estudantes), por meio de textos, áudios, videoconferências, utilização de imagens, charges, figurinhas (símbolos), independente de qual aplicativo ou programa utilizado na rede de internet (SOCORRO, 2020). Logo, diante deste conjunto de princípios e ações busca-se desenvolver uma avaliação baseada

em competências, sendo formativa e colaborativa, avaliando e dando retorno aos estudantes, fazendo que eles deem saltos qualitativos.

### Alguns Aplicativos para a Prática Pedagógica Docente no ERE

O aplicativo Whatsapp<sup>1</sup> é um dos mais utilizados desde o início das atividades remotas no primeiro semestre de 2020. Por meio dele é possível postar atividades em formato pdf, em formato de imagem, vídeos, podcasts, áudios, links diversos, pois “a abundância de conteúdos disponíveis online relacionados a nossas aulas, nós, professores, podemos desempenhar o papel de curadores”. (PIMENTEL; CARVALHO, 2020, sp).

Ao postar uma atividade no aplicativo é necessário que sejam postados esclarecimentos fundamentais em formato de texto ou por meio de podcast ou áudio com curta duração. A experiência vivenciada, no ensino fundamental I e II, por quem escreve esse texto revela que há casos em maior ou menor reincidência de estudantes que proliferam uma avalanche de perguntas antes mesmo de ler ou compreender o material postado, o que leva a pensar em duas possibilidades.

A primeira seria o professor, enquanto administrador do grupo, postar todos o material atinente à aula e fechar o grupo da turma por cerca de 20 minutos, 30 minutos, por exemplo, objetivando que os estudantes leiam

<sup>1</sup> É gratuito e oferece um serviço de mensagens e chamadas simples para celulares em todo o mundo, possibilitando o envio e recebimento de diversos arquivos de mídia. Disponível em:

[https://www.whatsapp.com/about/?lang=pt\\_br](https://www.whatsapp.com/about/?lang=pt_br). Acesso em: 20 maio 2021.

todo o material, desenvolvendo a capacidade interpretativa. Neste intervalo de leitura os estudantes podem fazer anotações, questionamentos para postarem no grupo assim que o mesmo for aberto, o que repercute em uma seleção das dúvidas para serem respondidas em blocos a depender da quantidade ou responder objetivamente em uma única vez, caso sejam poucas.

A segunda alternativa refere-se ao não fechamento do grupo de Whatsapp da turma de maneira que, desde o primeiro momento que o material é postado, o aplicativo está habilitado à postagem de dúvidas e comentários. Assim, o professor as responderia em blocos ou não, de maneira imediata. Como esta ferramenta não possibilita realizar uma chamada de vídeo com uma turma de 30 ou mais estudantes, por exemplo, não há como fazer a projeção do material e explicar ao mesmo tempo, sendo necessária a conjugação com outra ferramenta a exemplo do Google Meet ou Zoom. Nestes citados aplicativos “o professor pode compartilhar os conteúdos e atividades com seus alunos e tirar as dúvidas” (LEITE, ARAÚJO, 2021, sp).

As duas últimas ferramentas digitais tornaram-se, também, familiares no labor docente em todos os níveis e etapas educacionais. Em se tratando da educação básica, é possível que os estudantes, cadastrados em uma conta de e-mail ou integrantes do grupo de Whatsapp da turma, recebam com antecedência um link para acessar em determinado dia e horário, com previsão de início e de término para participarem da aula síncrona, durando, preferencialmente, entre 30 e 60 minutos.

É oportuno que ocorram diálogos, debates, explicações de assuntos e atividades, esclarecimentos de forma síncrona. O professor pode, ao mesmo tempo, projetar algum material, como slide, pdf, charge e explicar o assunto para toda turma que pode interagir por meio do chat, com texto escrito ou por meio da fala, acionando o microfone. Por conseguinte, a atividade, caso tenha, pode ser projetada na tela do aplicativo e explicada aos discentes. Em seguida, a mesma poderá ser enviada ou pelo e-mail ou pelo grupo do Whatsapp da turma para resolução e envio ao professor.

O envio de atividade tanto pode ocorrer por meio de uma conta de e-mail quanto por meio de Whatsapp, ambos no privado do professor. É costumeiro, por conta da praticidade, os alunos enviarem fotos da atividade respondida e os professores dão feedback conforme programação do planejamento e orientações da coordenação pedagógica que varia a cada unidade escolar. Existem outros aplicativos, como o liveworksheets<sup>2</sup> que agiliza a resolução, correção e retorno, o que explicaremos adiante.

O liveworksheets é um aplicativo disponibilizado gratuitamente e online, não precisando realizar download, apenas fazer um cadastro desde que se tenha uma conta de e-mail. Ao elaborar uma atividade em programa word é preciso convertê-la em formato pdf para, conseqüentemente, inseri-la (fazer upload) no liveworksheets, recebendo a nomenclatura de planilha interativa.

Após isso, faz-se necessário que sejam inseridos alguns comandos com vistas a tornar a atividade bastante digital, no sentido de

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.liveworksheets.com/>. Acesso em: 20 maio 2021.

possibilitar fazer tudo online e no teclado do computador ou do celular. Ações como digitar as respostas dissertativas nas questões, marcar um X nas questões objetivas. Permite “incluir sons, vídeos, exercícios de arrastar e soltar, juntar com setas [...] e até exercícios de fala, que os alunos devem fazer com o microfone<sup>3</sup>”. Após a conclusão, os alunos enviam ao professor, pelo e-mail, que as receberá já corrigidas pelo programa, economizando tempo na correção e favorecendo o feedback imediato aos estudantes, promovendo rapidez e motivação no público estudantil. Se não for motivante, interessante, pode se caracterizar como ruim ou péssimo, resultando em abandono. (SILVA; BERNARDO JR; OLIVEIRA, 2014).

Outro aplicativo reincidentemente utilizado é o Padlet<sup>4</sup>, considerado como folha de papel online que permite que os estudantes expressem pensamentos, respondam questionamentos, digitem, insiram imagens, vídeos, áudios, links, mediante um determinado tema, assunto. Os estudantes podem interagir com as participações dos colegas, construindo textos colaborativamente. Não há necessidade de fazer download, basta cadastrar com uma conta de e-mail e a utilização se dá por qualquer dispositivo que tenha acesso à internet. O Padlet permite que os estudantes expressem seus pensamentos sobre um tema comum. Uma sugestão viável é criar um fórum, com a questão ou enunciado claro, acompanhado de uma imagem (ou charge) para que os estudantes respondam.

Antes do fórum, é viável, o professor, sugerir a leitura de um

pequeno texto a fim de propiciar mais familiaridade com o tema do fórum ou explicar um pouco sobre o assunto por meio de podcast (áudio) e/ou vídeo curtos, perfazendo, sugestivamente, entre dois e cinco minutos, ou ainda uma aula síncrona com interação e interatividade verbais orais. E na escrita colaborativa, interativa do fórum, o professor realiza as mediações, atentando-se para as respostas, zelando pelo respeito mútuo, pela valorização das participações, por motivar reflexões outras a partir das participações postas pelos colegas. Neste âmbito:

A proposição de efetivar uma Educação Online, como aqui caracterizada, parte da compreensão de que vivemos, hoje, em um (ciber)espaço-tempo propício à aprendizagem em rede: conectar-se, conversar, postar, curtir, comentar, compartilhar, colaborar, tornar-se autor, expor-se, negociar sentidos, co-criar. (PIMENTEL; CARVALHO, 2020, sp).

Evidente que os critérios de participação e de avaliação devem ser previamente explicados, disponibilizados na página do Padlet para que todos tenha conhecimento dos mesmos e realizem suas produções baseando-se neles. Por conseguinte, ao findar o prazo das participações e interações, o docente pode gerar um arquivo em formato pdf com todo o conteúdo produzido pelos estudantes para compartilhar com os mesmos.

Compreende-se que há um processo e dedicação de tempo para aprender a utilizar toda e qualquer tecnologia digital da informação e comunicação, ou seja, aplicativos ou

3 Disponível em: [https://www.liveworksheets.com/aboutthis\\_en.asp](https://www.liveworksheets.com/aboutthis_en.asp). Acesso em: 20 maio 2021.

4 Disponível em: <https://pt-br.padlet.com/features>. Acesso em: 20 maio 2021.

programas online ou offline, de forma síncrona ou assíncrona. É necessário também formação continuada oferecida pelo poder público, pois os professores não podem ser reféns de uma constante obrigatoriedade de aprender tudo em tempo recorde, de fazer todos os investimentos pessoais e serem monitorados pelo seu trabalho remoto constantemente. Muitas vezes a carga horária de trabalho remoto é maior do que a carga horária estabelecida para o cargo. Retira-se o controle da frequência presencial e para evitar sugestão de ócio em casa, o trabalhador se mantém responsivo. Logo, o trabalho “em nuvem” exige que o trabalhador precise provar o esforço, reiteradamente, com muitas exigências.

### Palavras (In) conclusivas

No atual contexto em que diversas instituições de ensino e profissionais da docência tiveram que, de maneira muito rápida, mudar as práticas pedagógicas educativas considera-se relevante o empenho para se adaptar ao ERE. Muitas práticas, atividades foram adaptadas para os aplicativos, redes sociais online na internet, com suporte das TDICs a fim de prosseguir com a escolarização dos estudantes, ainda que existam limitações no âmbito do acesso à internet por parte de estudantes e às vezes dos docentes. Imperioso se faz refletir sobre ações que incluam digitalmente os estudantes que não tenham acesso à internet ou aparelhos como celular.

Compreende-se que os aplicativos, as TDICs possibilitam a continuidade do processo de ensino-aprendizagem com relevância, tendo como pressupostos a interação, interatividade, esclarecimentos de

dúvidas, variedade de materiais (texto, videoaula, áudio, charge, imagem, links, por exemplo) para trabalhar os conteúdos. É possível o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras grupais para a construção do conhecimento colaborativo.

Então, advoga-se que os professores precisam de formação continuada, uma vez que é garantia legal. Formação que contemple os princípios da educação online, que sejam sólidas, técnicas e pedagógicas para o elaboração de planos de curso e propostas pedagógicas mais holísticas para o uso adequado das TDICs, dos aplicativos online. Os municípios, estados e união devem, em regime colaborativo, construir as políticas públicas e disponibilizar os recursos inerentes à citada formação. Outro quesito a considerar diz respeito a todas as práticas pedagógicas criadas, adaptadas, ajustadas por docentes e demais profissionais do ensino, neste momento de pandemia da Covid 19, caracterizadas como exitosas a fim de compartilhar entre os pares.

### Referências

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 21. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer do Conselho Nacional de Educação /Conselho Pleno nº 05/2020, de 28 de abril de 2020.

**Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.** Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional de Educação /Conselho Pleno nº 2, de 10 de dezembro de 2020. **Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-10-de-dezembro-de-2020-293526006>. Acesso em: 10 maio 2021.

CARVALHO, Carla Beatriz et al. Ensino Remoto e Necessidades Específicas: o papel da escola e das famílias. **Revista Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 74871-74885, oct. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/17636>. Acesso em: 20 fev. 2021.

COQUEIRO, Naiara Porto da Silva; SOUSA, Erivan Coqueiro. A educação a distância (EAD) e o ensino remoto emergencial (ERE) em tempos de Pandemia da Covid 19. **Revista Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.7, p. 66061-66075 jul. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/32355/pdf>. Acesso em 08 jul. 2021.

LEITE, Maria das Neves Tiburtino; ARAÚJO, Jefferson Flora Santos de. As práticas pedagógicas dos professores da Escola no Campo no contexto da pandemia da covid-19. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 13, 13 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/13/as-praticas-pedagogicas-dos-professores-da-escola-no-campo-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, Letramento e Tecnologias digitais.** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553784/2/eBook%20-%20Alfabetizacao%2C%20Letramento%20e%20Tecnologias.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MILL, Daniel (Org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação à Distância.** In: MILL, D; OLIVEIRA, O. de; FALCÃO, P. M.de P. Geração digital e educação. Campinas, SP: Papirus, 2018 p. 290 - 294.

NONATO, Emanuel do Rosário Santos; SALES, Mary Valda Souza; CAVALCANTE, Tárσιο Ribeiro Cavalcante. Cultura Digital E Recursos Pedagógicos Digitais: Um Panorama da Docência na Covid-19. **Revista Práxis Educacional** v.17, n.45, p. 1-25, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8309/5691>. Acesso em: 02 jun. 2021.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PIMENTEL, Mariano; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte. Princípios da Educação Online: para sua aula não ficar massiva nem maçante! **SBC Horizontes**, maio 2020. ISSN 2175-9235. Disponível em: <http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/05/23/principios-educacao-online>. Acesso em: 20 maio 2021.

SILVA; João Augusto Ramos; BERNARDO JR, Ronaldo; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. 2014. **Abandono e Conclusão de Alunos Inscritos em Cursos MOOC**. Disponível em: <http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/116.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SOCORRO, Cabral. **Docência Remota de Emergência e Adaptada Síncrona e Assíncrona: o Ensino Híbrido como Possibilidade**. Canal da Web TV UNDIME Bahia no YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pxGTx16FHwo&t=28s>. Acesso em: 22 jan. 2021.

TORRES, Patrícia Lupion; IRALA, Esrom Adriano F. Aprendizagem colaborativa: teoria e prática. In: **Complexidade: redes e conexões na produção do conhecimento**. Curitiba: Senar, p.61-93, 2014. Disponível em: [https://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2014/09/2\\_03\\_Aprendizagem-colaborativa.pdf](https://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2014/09/2_03_Aprendizagem-colaborativa.pdf). Acesso em: 22 jan. 2021.

VIO, Natália Leal et al. COVID-19 e o trabalho de docente: a potencialização

de aspectos precários. **Revista Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6, n. 10, p. 78717-78728, oct. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/18345/14807>. Acesso em: 20 fev. 2021.